

RELAÇÕES AMOROSAS NA ADOLESCÊNCIA

- Uma reflexão para educadores -

Ana Cristina Canosa Gonçalves

Love relationships between teenagers

An educator's point of view

Resumo

O presente artigo opinativo faz alusão às relações amorosas na adolescência. Do contrato informal do “ficar” até o casamento nesta fase da vida, o texto foca na necessidade da postura profissional atualizada às mudanças de comportamento e por isso aberta à reflexões pessoais sobre a imagem do adolescente e os sentimentos que são despertados naquele que desenvolve com os jovens, ações educativas em sexualidade.

Palavras-chave: relações amorosas; adolescência; atuação do educador.

Abstract

The following article refers to the love relationships between teenagers. Starting with the informal relations (as they call is "staying") until marriage during this phase of one person's life. The text focus on the need of a professional approach towards all behaviour changes and as a result, an open attitude to the teens' image and the feelings that flourish in one when in contact with from teens educational interaction.

Keywords: love relationship; teenagers;

Aos 10 anos, Maria Eugênia descreveu o que é o “gostar”:

“É quando você fica olhando para um menino e não sabe como dizer que quer namorar”. Ela mesma já namorou um colega por sete meses: “Nosso caso era assim: eu lhe emprestava dinheiro para o lanche e ficava olhando-o jogar futebol. Não tinha essa de beijo. Ele só pegou na minha mão uma vez”. Os dois terminaram o namoro por bilhete. Motivo: ele ficou com ciúmes de um colega de Maria Eugênia. A menina recebeu a mensagem e diz que não ficou “tão triste assim” (Encarte Folhinha - Folha de São Paulo, 22/02/2003, F. 4 e F. 5).

O amor começa dessa forma: parte das relações familiares e vai avançando para as relações de amizade. Na infância, o namoro é como “um jogo”, que sem exageros se tornam parcerias de amizade. Os sentimentos vão aparecendo aos poucos e o desejo da aproximação física mais erotizada se consolida geralmente na época da puberdade, por ocasião do apelo hormonal e na adolescência, pelas manifestações psíquicas e sócio-culturais características dessa fase.

O Ficar

Indelicadeza

“Eu te amo hoje.

Eu te amo agora.

Fique quietinha.

Não peça mais nada.

Não faça tantas perguntas assim.

Vamos brincar de estourar
As suas perguntas de sabão.
Os seus pedidos de sabão
Vamos..." (RIBEIRO, 2005, p.22)

Antigamente, o beijo na boca era investido de fantasias amorosas com proposta de continuidade. Você dava um beijo na boca após incontáveis paqueras, trocas de olhares, cartas, aproximações no cinema. O beijo na boca selava uma relação que tinha, culturalmente, a proposta do início de um namoro.

Hoje, com o advento do "ficar", o beijo por si só perdeu sua caracterização romântica e adquiriu outras significações: manifestação de prazer, de experimentação, de brincadeira, de valorização de auto-estima e aceitação grupal. Os adolescentes "beijam na boca" sem necessariamente desejarem a continuidade de uma relação. Aliás, essa é a maior característica do Ficar: uma situação que não tem obrigatoriedade de continuidade, onde não está implícita a fidelidade, sendo um "contrato informal e temporário"

É importante dizer que o "ficar" pode ter diferente significado dependendo da cultura. Na maior parte do Brasil, o "ficar" envolve o beijo na boca e os famosos "amassos": toque nos genitais, abraços, entrelaçamento de corpos. Para alguns grupos, o "ficar" pode envolver a prática da masturbação conjunta e o sexo oral. No entanto, para poucos grupos sociais, o "ficar" do adolescente pode se aproximar do "ficar do adulto" envolvendo a relação sexual com penetração. O que difere os grupos sociais são exatamente as dimensões sócio-políticas, culturais e econômicas que permeiam as relações estabelecidas entre as pessoas. Então, podemos pensar que quanto mais um jovem é impelido a assumir responsabilidades do mundo adulto como o trabalho, o sustento econômico, etc, mais o ficar também poderá contemplar a relação sexual.

Há uma controvérsia enorme sobre o "ficar" do adolescente, haja vista que eles "ficam" com mais de uma pessoa em uma mesma festa ou reunião e falam abertamente de quantas bocas beijaram em uma ocasião. Muitos profissionais alertam para a "banalização" do sexo e das relações, para a falta de encantamento. Verdade. Há uma sensação muito boa na paquera, no investimento amoroso que permite o sonho, a paixão, o enamoramento. Uma tomada de consciência gradativa das emoções e seus significados, da construção de valores, da reflexão sobre esta relação tão complexa e rica que é a relação dual entre o Eu-Outro. Por outro lado, há quem diga que o "ficar" é um importante fator de aprendizado social, afetivo e sensorial. Verdade também. A possibilidade de experimentar prazeres sensoriais, reconhecer neles diferenças, gostos e desgostos, conhecer como cada um reage na aproximação, como trata o outro sem ter que se arvorar de subterfúgios para fugir depois do compromisso, é um fator de desenvolvimento afetivo-sexual importante, que possibilita ao jovem uma aproximação paulatina entre o desejo e a escolha afetiva.

Se ambos os lados da reflexão são legítimos, o que nos resta fazer? Possibilitar reflexão aos nossos jovens. Questionar com eles a busca de uma consciência e de um comportamento mais coerente com cada um. Beijar somente porquê os amigos beijam, beijar vários(as) para ganhar uma aposta de quem beijou mais, "ficar" com aquele(a) menino(a) para mostrar ao grupo a capacidade de conquistar, se deixar beijar por alguém só para não sentir-se rejeitado(a), podem ser questões importantes a trabalhar e que "libertam" aqueles que se vêem nessas situações e se angustiam com elas. Tentar quebrar estereótipos como o da "menina galinha", do "ganhão", etc. É importante fazê-los pensar nas relações ambivalentes que propõem: meninos que ficam querendo que as meninas fiquem com eles, que se aproximam, que insistem em passar as mãos nos genitais, etc e depois que conseguem, chamam as meninas de "galinhas"! Meninas que "ficam" com vários garotos, se mostram "independentes", não se permitem conhecer, e depois reclamam que ninguém quer "namorar" com elas. Como namorar se elas não

demonstram interesse em dar continuidade à relação? Todas essas ambivalências, compreensíveis no momento de modificação dos costumes e papéis sexuais que estamos vivendo, podem melhor ser percebidas pelos adolescentes se nós educadores, propormos espaço para essas discussões, garantindo a liberdade de expressão e o não julgamento. O educador deve ser um facilitador, um dinamizador de idéias.

Muitas vezes, o que nos incomoda da atitude do adolescente é justamente a liberdade que tem para beijar em plena luz do dia, na calçada, no muro da escola, embaixo da marquise em dia de chuva. Liberdade que não foi vivida por muitos de nós em nossa juventude e que, infelizmente por nós também não é desfrutada na vida adulta. Eu não sei quem disse que não ficava bem beijar em público! Concordo que os beijos furtivos em público, no elevador, no restaurante, no almoço de família, não caem bem, intimidam os outros. Mas não há nada mais bonito que um casal, de qualquer idade, de qualquer raça, credo ou classe social, expressando com liberdade um dos símbolos mais fortes do erotismo e da paixão: o beijo.

O Namoro

Promessas

“Se minhas mãos tremerem,
E meus lábios gemerem
E minhas pernas bambearem,
Você promete que não vai rir?
Diga que sim.
Diga que não rirá de mim.
Aliás, diga que rirá comigo
Um riso lindo e infundo.

Um riso nada inimigo” (RIBEIRO, 2005, p. 19)

As promessas fazem parte do início dos namoros. Promessas são compromentimentos transformados em palavras, códigos que se estabelecem na relação. No namoro, há promessas de todos os tipos: de não espalhar segredos, de não revelar intimidade aos outros, de somente contar a verdade, “contar tudo”, de ligar todos os dias, de ligar todas as noites, de nunca brigar, de mesmo que aconteça qualquer coisa, “continuar a amizade para o resto da vida!”, de não ferir voluntariamente o outro. Promessa de fidelidade.

Muitas pessoas dizem que os jovens são promíscuos. Talvez essa afirmação se constitua pela impressão que o comportamento “ficar” provoque nos adultos. No entanto, quando os adolescentes namoram, geralmente fazem votos de fidelidade comum. A traição, quando ocorre, é vivenciada com culpa por quem a comete e dor intensa, por quem a descobre.

Os adultos são mais infiéis que os adolescentes. Sabemos que a monogamia é uma norma estabelecida pela cultura e não um comportamento instintivo do ser humano. Você escolhe ser monogâmico, por uma série de questões que vão desde o medo de perder o parceiro caso ele descubra, até as convicções religiosas ou ideológicas. Quanto mais maduros ficamos, mais percebemos que amor e desejo são sentimentos distintos e cada vez fica mais claro que ser monogâmico é uma escolha de foro íntimo. No entanto, como nossa sociedade nunca trouxe à baila a questão da infidelidade nas relações amorosas, tudo acontece “por debaixo dos panos”, é “o dito, não-dito” e o que se vê é uma série de traições com conseqüências negativas, sendo, uma das mais difíceis, a contaminação por DST/Aids. Como a traição é vivenciada com culpa e silêncio, em grande parte das vezes aquele que trai não conta para o parceiro, não adota um comportamento preventivo nas relações sexuais e acaba contaminando aquele com quem mantém relacionamento estável.

Se para os adultos a questão da infidelidade é difícil de ser encarada,

para um grupo de adolescentes pode ser mais ainda, devido a necessidade de afirmarem seus pontos de vistas, sua moralidade e crenças em um mundo mais harmônico e verdadeiro. Mas mesmo que os adolescentes reajam de forma contrária à infidelidade nas relações de namoro, isso não significa que elas não ocorram. Ocorrem. Até porquê a fase da adolescência é a de experimentação, e namoros longos podem provocar uma sensação de aprisionamento.

Como ajudar os jovens a resolver esses conflitos?

Não é papel do educador moralizar, sendo a favor ou contra a fidelidade. Mostrar a realidade, que as traições podem ocorrer e que nem todas são ocasionadas pela leviandade do(a) parceiro(a) é um ponto inicial importante. Às vezes, alguém está namorando e se percebe completamente apaixonado por outrem. Simplesmente “desmanchar o namoro” antes de trair, não é tão simples assim como se diz. Envolve sentimento de perda, envolve confusão de sentimentos, e diante do impasse a traição pode ocorrer. Por isso, diferenciar fidelidade de lealdade é uma boa forma de contextualizar e ajudar o adolescente a refletir sobre conceitos tão difíceis. Embora fidelidade e lealdade sejam sinônimos, há diferenças conceituais. Ser infiel é ter uma relação com alguém que não seja a pessoa com quem você mantém uma relação estável. Ser desleal vai mais além. É, por exemplo, ter uma relação extra-conjugal e não usar preservativo, sabendo que a possibilidade de contaminação por uma DST se estenda para o parceiro da relação estável. Ser desleal é trair o outro e contar para todo mundo, colocando o parceiro da relação estável em situação vexatória. Ser desleal é trair a relação de confiança mútua, a promessa de não ferir o outro voluntariamente, de não cuidar da relação, de não pensar no outro e preservá-lo. É pior do que ser infiel.

O início do namoro para o adolescente não se constitui em fácil transição, já que implica justamente em abandonar os outros apelos eróticos, em eleger apenas um diante de toda a possibilidade de “ficar” que a liberdade sexual da atualidade propicia.

Muitos namoros dos adolescentes se iniciam com o “ficar”. Eles vão “ficando” e de “ficantes” se tornam namorados. Esse processo nem sempre é formalizado com um “pedido” oficial, mas é reconhecido pela constância dos encontros, pela apresentação do outro ao grupo social e familiar, pelo “status” que um adquire na vida do outro.

O namoro é recheado de promessas, pois a paixão que arrebatou os namorados coloca, no plano ideal, a tentativa de evitar sofrimentos e de concretizar planos juntos.

Na adolescência os namoros muitas vezes se mostram extremamente simbióticos e passionais. A simbiose caracteriza um estado de sentir-se “uno”, duas pessoas fundidas em um só ser, não se vêem separadas. Muitos jovens apóiam-se um no outro como forma de fortalecer a identidade pessoal contra os conflitos típicos desta fase da vida, somados às problemáticas familiares que podem se apresentar. Formam pares possessivos, realizam todas as atividades sempre juntos, se rebelam juntos, crêem juntos. Em muitos casos há o afastamento do grupo de amigos e das necessidades individuais, o que pode vir a ser negativo no futuro, quando, diminuídos do sentimento arrebatador da paixão, se vêem destituídos de desejos individuais, vontades próprias, relações de amizade. Não cabe ao educador reprimir ou julgar um namoro que se apresenta simbiótico, mas sim ajudar seus protagonistas a flexibilizar a relação. Inclusive porquê um namoro instituído dessa forma, em fase escolar, pode atrapalhar muito o interesse pelo aprendizado, pela eleição vocacional, pela prática esportiva, pelo convívio familiar e outras questões importantes do projeto de vida. Cabe sim alertar para os casos onde um acaba adotando o estilo de vida do outro, quando este é funesto e perigoso, como quando um é usuário de drogas ou implicado com a marginalidade.

É muito comum, inclusive, ouvir dos jovens que só vão namorar “depois que terminarem de estudar”. Essa frase, certamente repetida pelos adultos

que já viveram a época conturbada da adolescência, confirma nossa percepção de que o namoro na adolescência pode servir como fantasia de preenchimento do vazio existencial e fuga da vivência e das escolhas necessárias nesta fase da vida.

Mas nem todos os namoros são assim. Há casos inversos, onde os jovens parecem “aquietar-se” quando estão aos pares, já que a responsabilidade que aprendem a ter na relação amorosa, é projetada para os outros aspectos da vida. Assumindo os códigos e promessas da relação, começam a dar valor aos outros comprometimentos como o estudo, o trabalho, as tarefas cotidianas. Geralmente pais afetivos, que permitem o namoro, acolhem o(a) namorado(a) do(a) filho(a), mas mantém vigilância nas tarefas escolares e nas regras familiares, limitando inclusive a constância do outro, propiciam a seus filhos adolescentes que consigam equilibrar melhor essa dura tarefa que é dosar entre a vontade de namorar e as outras tarefas da vida.

O namoro “dentro de casa” é uma forma de acolher o filho por inteiro, inclusive na sua necessidade instintiva e primordial de vivenciar o mundo afetivo e as experiências eróticas. No entanto, cabe reforçar que é tarefa dos pais ajudar também aos seus filhos, que possam passar para a fase seguinte, que é a vida adulta. E ela só é conquistada com autonomia emocional, autonomia financeira, exercício profissional e capacidade de vivência de uma relação afetivo-sexual com responsabilidade. Para tanto, é preciso cuidado para que, na tentativa de ser compreensivo, acolher o jovem e resguardá-lo, crie-se uma falta de motivação para que eles assumam o mundo adulto. Se um(a) adolescente que estuda, mora na casa dos pais, não trabalha e recebe mesada, ainda tem a permissão de trazer o(a) namorado(a) para dormir em seu quarto, ele(a) corre o risco de não sair em busca da autonomia desejada para, inclusive, alcançar liberdade sexual e intimidade. Se ele(a) tem isso na casa dos pais, não entende porquê precisa se esforçar para conquistar. Se o(a) jovem em questão ainda demonstra ter uma personalidade mais acomodada, essa situação se agrava, ficando cada vez mais distante dele(a) a independência.

Permitir o namoro na escola é também acolher o jovem por inteiro, afinal a sexualidade está inteiramente ligada a todas as dimensões da vida humana. No entanto, assim como a família tem sua função como principal educadora, a escola tem sua função de educadora formal, de promover o desenvolvimento cognitivo e preparar a pessoa para o convívio social. Portanto, essencialmente, as instituições de ensino não têm como função primária a promoção do lazer. Contemplam o lazer como mais uma incumbência importante, salutar e necessária diante de toda a carga horária de aprendizado intelectual a que são expostos os adolescentes. Há escolas que conseguem, inclusive, oferecer espaços de área verde, para que os alunos aproveitem suas horas extra-classe, para descansarem, conversarem, namorarem, etc. No entanto, como na família, onde o adolescente tem que saber respeitar o limite das outras pessoas, sua intimidade, suas necessidades, na escola os adolescentes têm também que aprender a limitar sua demonstração erótica, em respeito aos colegas, às outras crianças, etc. Para tanto contratos informais devem ser negociados em sala de aula pelos educadores ou pelos coordenadores pedagógicos com os adolescentes e estes devem ser respeitados por ambos. Coibir um comportamento que quebra o “contrato” é necessário.

Os namoros na adolescência se findam. E por diversas razões.

Alguns se esgotam assim que o fogo da paixão extingue. Outros porque uma paixão desavisada rompe o elo dos namorados. Há os que resolvem “viver a vida” e terminam seus namoros em busca das aventuras sexuais, outros ainda têm que terminá-los pela distância que a faculdade ou o intercâmbio impõe. Infelizmente há namoros que morrem quando um morre: por acidente, por uso de drogas e álcool, por violência. Felizmente nascem outros amores e outros namorados. Hoje não recai sobre os adolescentes a necessidade da

manutenção do namoro para a realização de projetos futuros. É possível namorar várias pessoas durante a adolescência, até que se encontre alguém para partilhar uma vida a dois. Ou não.

Nem todo namoro na adolescência tem a intenção do casamento. Mas, felizmente para alguns, infelizmente para outros, isso pode acontecer.

O Casamento

Mudança

“Mudei para o seu coração.
Fiz a mudança ontem à noite.
Eu mesmo carreguei o caminhão
Desfiz as malas e o medo de mudar.
De não caber, de não encontrar espaço.
Suas pálpebras amanheceram
E reconheceram um novo morador
Em seus lençóis.
Meus medos desvaneceram-se
Nossos sorrisos amanheceram lentos.
Nossos corpos amanheceram atentos.
E, sem nenhuma explicação,
Nossas mãos acenderam
A fogueira milenar.” (RIBEIRO, 2005, p. 15)

O novo código civil considera o casamento apenas como uma das formas de constituição da família. A nova legislação estabelece que o casamento é a "comunhão plena de vida", com direitos iguais para os cônjuges, obedecendo à regra constitucional segundo a qual "os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher". A Idade Núbil (idade para o casamento) está inserida no código no Art. 1.517: O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil. “Excepcionalmente, será permitido o casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil (Art. 1.517), para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez (Art. 1.520).” (MONTEIRO DE BARROS, 2004, p. 27)

Muitas mudanças ocorreram desde que nossas avós e bisavós se casaram. Na época delas, há 5, 6 décadas atrás, as pessoas eram educadas para o casamento e para a procriação. Havia uma rígida divisão de papéis: os homens eram estimulados ao trabalho fora do lar e deles se esperava o sustento da família. A mulher ficava responsável pelo trabalho dentro do lar e dela se esperava o cuidado com o marido e os filhos.

Nossas bisavós e avós casaram-se na fase que hoje chamamos de adolescência. No entanto, naquela época esta etapa da vida não era tão demarcada, pois logo que a pessoa amadurecia fisicamente já estava pronta para o enlace. Não havia toda a fase do estudo, do vestibular, da faculdade. Não haviam outras aspirações além do casamento e da maternidade.

Mesmo que algumas de nossas bisavós tenham conhecido seus maridos poucos dias antes do matrimônio, já que fizeram casamentos “arranjados” pela família, nutriam uma idéia encantada, de príncipe encantado, de ser feliz para sempre. Porque foi assim que aprenderam. Também os homens nutriam as mesmas fantasias em relação às amadas, desejando uma vida familiar tranqüila, e organizada.

Passado tanto tempo, a adolescência tornou-se uma etapa fundamental para o amadurecimento da escolha da parceria conjugal. Porquê

agora outras questões se interpõem ao casamento: carreira profissional, realizações pessoais, viagens, etc. É cada vez mais comum vermos as pessoas casando-se mais tarde, depois dos 25 anos, e outras que nunca chegam a unir-se a outrem. Também, com a liberdade sexual, atualmente a sociedade permite que as pessoas tenham atividade sexual antes do casamento, mesmo que em algumas culturas ainda isso se apresente como uma restrição. São exceções. Portanto, não é preciso casar para fazer sexo.

Interromper os estudos, uma carreira profissional, ou um projeto pessoal, para assumir uma relação estável, pode ser um fardo muito grande a ser carregado durante a adolescência. É freqüente escutarmos adultos reclamando que se casaram muito cedo e que agora, na vida adulta, gostariam de reviver aquele momento de experimentação e liberdade como se pudessem resgatar a fase não vivenciada.

Os casamentos que se estabelecem na adolescência, geralmente acontecem por motivos distintos: imposição familiar, gravidez, vontade de sair da casa dos pais, necessidade de apoio emocional e paixão.

Nas classes menos favorecidas vemos que, muitas vezes, o casamento é a única saída que o jovem vê para solucionar suas angústias geradas por conflitos familiares intensos como o alcoolismo de um dos genitores, a falta de espaço físico, a violência. Também, com toda a crise sócio-econômica que vivemos, cada vez fica mais distante das classes desfavorecidas, a possibilidade de incluir, em seus projetos de vida, a formação universitária, o trabalho bem remunerado, a possibilidade de desfrutar bens de consumo que são o tempo todo exibidos na televisão. Por isso o casamento torna-se a única coisa a ser almejada pela possibilidade de ser concretizado com certa facilidade. É um modelo conhecido.

É por isso que todo o trabalho de orientação sexual deve incluir o foco no projeto de vida. É importante reforçar as possibilidades, ampliar horizontes e ajudar os adolescentes a unirem habilidades com desejo, para, de forma perseverante, alcançarem objetivos.

Muitas vezes é a baixa auto-estima que desencadeia uma união. Um adolescente que sente necessidade de apoio emocional do outro, pode encontrar, no casamento, a referência que lhe falta. É como se ele não se sentisse preparado para enfrentar o mundo sozinho, é frágil demais, precisa sentir-se cuidado, protegido, desejado. Há também uniões de apoio mútuo, principalmente entre aqueles que se sentem rejeitados pela família e pela sociedade.

Há pessoas que se casam para conquistar posição social e bens materiais.

Os casamentos que se iniciam na adolescência movidos pela paixão são vividos com uma intensidade arrebatadora. Porque se soma à paixão a passionalidade da adolescência. Como esta é uma fase difícil, essas uniões têm que sobreviver a várias mudanças de humor e de desejo, o que não é tão fácil assim.

Atualmente, outras formas de união, que não o casamento civil, estão cada dia mais comuns, justamente por termos descoberto que a boa convivência entre duas pessoas no cotidiano, dentro do mesmo espaço, parece ser alguma “arte” ainda não aprendida por todos. Para tanto, há formas diferentes de união: “morar junto” para testar se vai dar certo ou não, dormir em quartos separados para manter a qualidade do sono e a individualidade. Há casais que adotam o chamado “casamento aberto”, que não implica em fidelidade conjugal, outros mantêm as tradições do casamento nos moldes antigos e realizam todos os ritos: casamento civil, religioso, lua-de-mel.

Para que a legislação pudesse acompanhar também as mudanças sociais, atualmente uma relação estável é baseada em outros pressupostos que não somente a formalização legal do casamento civil. A Lei 9.278/96, estabelecendo os parâmetros para que a união possa ser entendida como entidade familiar, veio substanciar a legislação então vigente, regulamentando a disposição constitucional. Para que a união seja alçada à

condição de entidade familiar, portanto, valorizada e em várias situações equiparada ao casamento, são exigidos os atendimentos de quatro requisitos fundamentais: que a convivência seja duradoura; seja pública; seja contínua; e que a união tenha o objetivo de constituir família. (p. 97)

A exigência para que a convivência seja duradoura tem a finalidade de não deixar dúvida quanto aos relacionamentos eventuais, de curta duração e que não estão protegidos pela Lei. A falta de publicidade do relacionamento, por outro lado, conduz a convicção de que se trata de aventura furtiva, em que ambos sabem não ter consistência e que não pode, por consequência, ensejar uma esperança de compromisso. Mas, o relacionamento público, sem subterfúgios indica pelo menos a intenção de um relacionamento mais sério. Este relacionamento também deve ser contínuo, caso contrário não produzirá os efeitos jurídicos da Lei. Os relacionamentos que têm certa duração e depois se desfazem, mais adiante retornam e novamente se desfazem, não oferecem segurança para que a Lei os posicione em condições de equiparação ao casamento. Ora, se o relacionamento já não tem consistência no início não é possível emprestar-lhe o valor só atribuído aos relacionamentos duráveis. É de especial importância, que a convivência tenha como objetivo a constituição de família. Família no sentido legal não exige filhos, estes serão consequência, se advierem. A exigência de que haja o objetivo de constituir família destina-se a excluir os relacionamentos ainda que embora duradouros, públicos e contínuos, possam ser mantidos por pessoas em busca apenas do desfrute recíproco, sem envolvimento moral de real profundidade. Este tipo de situação não é tão raro como possa parecer. Às vezes uma mulher mais velha resolve manter um romance com um jovem, sem ocultar da sociedade este relacionamento, contudo, sem que qualquer deles tenha a pretensão de formar uma família. Sempre fica embutido nessa relação, embora duradoura, que ambos se encontram livres para novos relacionamentos e que o elo sentimental pode ser rompido a qualquer momento. Da mesma forma existem relacionamentos de homens mais idosos que assumem uma postura pública de envolvimento, com uma mulher jovem e bonita, mais com o fito de exibição e auto-afirmação que propriamente para admiti-la no seu íntimo como uma verdadeira companheira. A Lei, sabiamente, trouxe efetiva garantia e tranquilidade para os relacionamentos, que, no fundo, tenham todos os ingredientes para no futuro se converterem em casamento. Excluem, da mesma forma, quaisquer benefícios especiais para os relacionamentos desprovidos destas qualidades inerentes à formação de uma sólida base familiar.

Atualmente, o marido poderá adotar o sobrenome da mulher – o que antes era possível só com autorização judicial. No Código antigo (1916-2002) apenas a mulher podia adotar o sobrenome do homem (ou manter o seu de solteira).

Parece-nos acertado que a decisão de uma relação estável baseada na idéia de “entidade familiar” deve ser tomada com seriedade. Não é porque o divórcio está à mão de qualquer um que decida separar-se (o prazo do divórcio é de dois anos após a separação de fato ou um ano após a separação judicial), que as uniões devem estabelecer-se com leviandade. Pois muitas vezes há envolvimento das famílias, investimento emocional, financeiro. E todo rompimento provoca dor. Difícil quem passa por uma separação sem nenhum ressentimento. Portanto, não cabe ao educador emitir juízo de valor sobre as escolhas de seus educandos, mas é sim sua função fazê-los refletir sobre todos os aspectos que envolvem essa decisão. Sendo a adolescência uma fase já atribulada, vivenciar uma união estável cheia de conflitos, ou uma separação dolorosa, não é o que desejamos para nossos jovens. No entanto, se eles decidem vivê-la com amor e comprometimento, quem somos nós para os recriminar?

Também é papel do educador “abençoar”.

Paternidade e Maternidade

A mesma
terra

“Na terra em que piso,
pisará o meu filho.
E o filho do meu filho
pisará na mesma terra.
E os que depois deles virão
na mesma terra pisarão.
Eles respirarão o mesmo ar
e nadarão no mesmo mar
A semente que planto
estenderá raízes
em todos os que virão.
E, lentamente, bem devagar,
os homens desabrocharão
as flores da raça,
o orvalho da raça” (RIBEIRO, 2005, p. 47)

Vários fatores podem ser responsáveis pelo acontecimento de uma gestação na adolescência: antecipação da menarca, que pode levar à iniciação sexual mais cedo; iniciação sexual sem devida orientação sobre os riscos e conseqüências; desconhecimento sobre as questões da sexualidade; pouca participação da família, escola e dos serviços de saúde no processo educativo dos adolescentes, sendo os próprios colegas adolescentes a principal fonte de informação sobre sexualidade; questões familiares nas quais os pais se negam a aceitar a iniciação sexual de seus filhos não interferindo de forma positiva neste acontecimento, o que torna o adolescente vulnerável à experiência da maternidade e paternidade; dificuldade na prática da contracepção por falta de conhecimento ou pela necessidade de motivação e planejamento, comportamento pouco comum entre os adolescentes, além da recusa, por parte de alguns profissionais, da orientação e da concessão dos métodos, mesmo sendo um direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); influência da mídia podendo estimular a sexualidade dos jovens despertando a curiosidade em experimentar o sexo, sem a abordagem da prevenção e do cuidado; pobreza e baixa expectativa de vida, ocasionando a falta de objetivos e planos para o futuro; baixa escolaridade. O baixo nível educacional é causa e também conseqüência da gestação, visto que a maioria deixa de estudar quando engravida, ou então é expulsa de forma velada ou literal das escolas. Outras jovens perdem o interesse escolar e abandonam os estudos, o que minimiza seus desejos de profissionalização, colocando as relações amorosas em evidência. Unindo essas questões às transformações físicas, psicológicas e sociais características da idade, tornam o adolescente mais suscetível ao risco de ser mãe e pai. A difícil adaptação às mudanças da juventude faz muitos adolescentes procurar a união conjugal e a maternidade/paternidade como meios de escapar dos conflitos.

Nem toda gravidez na adolescência é indesejada. Muitas adolescentes são excelentes mães, no que diz respeito ao trato com os filhos, aos cuidados essenciais. A gravidez na adolescência passa a ser um problema quando a jovem se sente impedida de realizar projetos pessoais por causa da criação de seus filhos; quando sofre riscos biológicos e psicosociais do estado gestacional; não tem condições emocionais e financeiras para cuidar de seu filho e principalmente quando não desejou a maternidade.

Muitas jovens idealizam sua gestação. Principalmente quando estão apaixonadas, sonham com uma vida conjugal coroada com o nascimento da criança. Algumas perdem o sentido da responsabilidade e negam todos os esforços que devem empreender para a manutenção do filho, apoiando-se no

pai da criança ou na família. Algumas abandonam projetos pessoais, outras encaram a maternidade como a forma de vincular-se ao namorado.

À medida que a gestação vai se desenvolvendo, muitas jovens passam a perceber uma realidade diferente daquela antes idealizada. Quando se aproxima a chegada do bebê, as responsabilidades, a necessidade de apoio emocional, a ajuda nos preparativos para a vinda da criança, o cansaço físico, a mudança no status social, o medo da perda da liberdade, a falta de amadurecimento, e muitas outras questões começam a aparecer na consciência da adolescente. Após o nascimento, a dedicação necessária ao filho geralmente entra em choque com os apelos da adolescência: o lazer, a convivência com o grupo de amigos, a escola, os namoros, etc. Principalmente quando a jovem não tem apoio do pai da criança, nem da família, suas idealizações se desfazem rapidamente e muitas meninas infelizmente nutrem sentimentos de amargura e solidão.

Casos difíceis são os das jovens que não desejavam a maternidade e engravidaram de relações sem vínculo emocional. Essas carregam uma gravidez “pesada”, triste. Outras ainda são “obrigadas” pela família a se casarem com os pais da criança, sem que esta seja uma opção do casal. Pior é o caso da jovem que engravida fruto da violência sexual. Aqui, cabe lembrar que o aborto legalizado é uma opção e para tanto há um procedimento a realizar: a confecção de um Boletim de Ocorrência em qualquer delegacia ou na Delegacia da Mulher. A jovem é encaminhada ao Instituto Médico Legal onde é examinada pela Perícia Médica a fim de coletar as provas relativas à conjunção carnal. Hoje, quando os casos de violência sexual são legitimados pela perícia, a jovem recebe tratamento preventivo contra contaminação pelo vírus HIV. É prevista a assistência psicológica e médica necessária para a realização do processo de abortamento legal.

A idade materna é um fator demográfico de risco obstétrico. Muitos autores colocam que os extremos da idade materna podem trazer conseqüências tanto para a mãe como para o feto, já que essas apresentam maior risco de desenvolver complicações durante a gestação e parto ou ainda refletir em problemas para o feto, sendo considerada de maior risco para a adolescente a gestação ocorrida na faixa etária inferior a 16 anos.

A idade materna não pode, isoladamente, ser considerada causa de conseqüências adversas da gravidez entre adolescentes. Em geral, condições inadequadas de acompanhamento em torno dos processos de gravidez, início do pré-natal tardio ou inadequado, gravidez não planejada, mau estado nutricional da adolescente, infecções não tratadas antes do parto, falta de bom acompanhamento no parto e puerpério, podem aumentar as complicações para a mãe e o recém nascido.

Os riscos maternos podem ser categorizados em biológicos e psicossociais:

Riscos biológicos:

Doença Hipertensiva Específica da Gravidez (DHEG), eclampsia, anemia, infecção urinária, trabalho de parto prematuro, lacerações do trajeto do parto, hemorragia, desproporção cefalopélvica, parto difícil e prolongado e morte materna. A taxa de mortalidade materna é mais elevada entre adolescentes, mesmo em países desenvolvidos. No entanto, é importante enfatizar que esses riscos não estão diretamente relacionados apenas com a idade, mas também com as condições precárias de vida das adolescentes, inclusive ausência de assistência médica durante a gravidez. Outro aspecto importante a ser considerado é que a gravidez na adolescência é, em algumas situações não planejada, levando freqüentemente ao aborto induzido.

Muitas são as questões relacionadas à gestação entre adolescentes, dentre as quais poderíamos citar a discriminação da família, dos amigos, o abandono aos estudos e ainda, muitas vezes, a falta de apoio do companheiro. Todos esses fatores psicológicos podem vir a repercutir tanto na gestação quanto no parto, que se constitui num dos momentos de maior tensão emocional da gravidez.

O pré-natal é amplamente reconhecido como um dos principais determinantes da evolução gestacional normal. Existe um elevado percentual de parturientes adolescentes que não recebem assistência pré-natal, ou a recebem de forma inadequada. Para a adolescente nem sempre é possível a iniciação precoce do pré-natal como é recomendada (1º trimestre), devido aos conflitos do início da gestação, que vão desde a própria aceitação da gravidez à aceitação pelo parceiro, família e sociedade. Geralmente, elas procuram o serviço quando já estão com a gravidez avançada, dificultando o trabalho do profissional de saúde em tentar prepará-las para a gestação, parto, puerpério, assim como corrigir anemia, tratar sífilis, realizar teste de HIV, prescrever coquetel para evitar a transmissão vertical (se for o caso), ou prevenir DHEG.

Riscos psicossociais:

Para a maioria dos estudiosos a ocorrência da gestação, freqüentemente, traz conseqüências para o desenvolvimento psicossocial da mãe adolescente, destacando-se: abandono da escola formal. O evento da maternidade muitas vezes a obriga (ou é obrigada) a deixar de estudar. O baixo grau de escolaridade resulta em menor acesso ao conhecimento sobre sexualidade, com isso aumentam as chances de engravidar; dificuldade para inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, para o sustento de ambos. Alguns estudiosos consideram a gravidez na adolescência como fator de entrada para o ciclo da pobreza ou manutenção dessa condição; interrupção no processo normal de desenvolvimento psico-afetivo e social para assumir o papel de mãe ou pai, causando muitas vezes ansiedade, solidão e depressão, podendo ser somatizado em manifestações clínicas do tipo anorexia, hiperêmese, o que pode ocasionar riscos para o feto; adiamento e/ou modificação dos projetos de vida futura do(a) adolescente e família; relacionamentos maritais prematuros e algumas vezes forçados, marcados por muitos conflitos em conseqüência da imaturidade psicológica e dependência econômica da família; falta de apoio ou abandono do parceiro, em decorrência da instabilidade psicológica e social deste, muitas vezes também um adolescente. Este fator pode precipitar sentimentos de insegurança e baixa auto-estima, os quais comprometem o estado de saúde da gestante adolescente.

Riscos para o recém-nascido:

Maior incidência de baixo peso e de prematuridade, bem como, mortalidade perinatal mais elevada; nos extremos da vida reprodutiva estão os mais altos índices de prematuridade, com uma conseqüência maior nas mulheres mais jovens.

A freqüência de prematuridade entre recém-nascidos de mães adolescentes pode ser atribuída ao deficiente controle pré-natal, intercorrências médicas na gestação, a própria imaturidade física materna, imaturidade da fibra muscular uterina e tensões emocionais. O baixo peso ao nascer (BP), definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como peso de nascimento abaixo de 2.500 g, é uma preocupação de Saúde Pública, devido a maior morbidade e mortalidade neonatal associada a esse grupo de recém-nascidos.

Para a OMS o aspecto biológico da gravidez na adolescência não pode ser analisado de forma isolada, já que as condições psicossociais têm grande importância. A gestação na adolescência tem sido referida como um fator de risco para o BP ao nascer, mas consideram que existem resultados contraditórios em diferentes pesquisas. Alguns autores alegam que existiria uma competição pelos nutrientes entre mãe e feto, já que os dois estão em período de desenvolvimento, o feto na vida intra-uterina e a mãe na época da adolescência. Outros autores acreditam que há interação entre fatores psicológicos, nutricionais, sociais e ambientais que interfeririam no peso ao nascimento.

Estudos realizados em diferentes regiões e centros urbanos do Brasil indicam que o número de recém-nascidos com baixo peso e peso insuficiente é maior entre filhos de adolescentes comparadas às adultas do mesmo nível social. A avaliação estatística dos diferentes fatores de risco para baixo peso

e peso insuficiente indica a baixa idade materna como um dos fatores de risco, quando outras variáveis são controladas como idade gestacional e pré-natal.

Qualquer que seja a situação da jovem mãe adolescente, o educador deve evitar ter atitude preconceituosa, pois, como vimos, nem todos os casos são vivenciados com tristeza e prejuízo e nossa sociedade já olha para as jovens mães com um olhar preconceituoso ou de comiseração. Acolhimento, respeito, incentivo e esclarecimento são atitudes positivas frente à maternidade na adolescência. A atitude preventiva talvez seja a melhor proposta, quando orientamos sexualmente nossos jovens. Fazê-los refletir sobre as necessidades que um bebê tem nos primeiros anos de vida e a importância de ser cuidado pela mãe e pelo pai, em contraponto às possibilidades das experiências da vida do jovem, nos campos profissionais, de lazer, de amizade e de realização pessoal. Informar sobre os métodos contraceptivos.

A maternidade na adolescência é muitíssimo mais estudada do que a paternidade nessa época da vida. Certamente isso se deve ao fato de que recaem mais sobre as mulheres, que geram os filhos, os cuidados com os mesmos. A grande questão que envolve a paternidade na adolescência é, infelizmente ainda, “assumir a criança”.

A importância que se dá em “assumir a criança” é sem dúvida resultado de uma desaprovação social. Antigamente os filhos sem pais reconhecidos eram registrados como “filhos naturais” daquela mãe, ficando o nome do pai em branco. Quando o pai era casado com outra mulher, que não a jovem mãe, o filho era registrado como “adulterino”, motivo de constrangimento para aquele que não escolheu a sua paternidade, ou seja, a criança. Por isso a importância dada ao reconhecimento da paternidade no ato do registro. Também, uma vez reconhecida a paternidade, o pai legalmente deveria assumir sua parte financeira na manutenção da criança. Hoje, tanto o pai quanto a mãe devem assumir os cuidados com a criança e as “pensões alimentícias”, nos casos em que a união não chega a se estabelecer como estável ou venha a se desfazer, são estabelecidas diante das possibilidades financeiras de cada um.

Assumir a paternidade somente para garantir que a criança seja resguardada do ponto de vista financeiro é um fato que está muito distante da paternidade emocional, presente, necessária para o bom desenvolvimento emocional de qualquer filho. Infelizmente no Brasil muitos rapazes assumem os filhos, registrando-os no cartório, mas pouco cuidam dos mesmos. Alguns chegam a ajudar no sustento financeiro, mas são poucos os adolescentes que criam seus filhos, protegendo a relação mãe-filho no primeiro ano de vida e ajudando nas necessidades básicas de sobrevivência da criança, bem como desenvolvendo uma relação afetiva com eles.

Creemos que essa idéia de paternidade que vai além do registro e sustento financeiro para um envolvimento emocional efetivo, é ainda muito nova. Desde cedo as meninas ganham bonecas para aprender como ser mães no futuro. São elas que cuidam dos irmãos menores quando a mãe trabalha fora e não pode custear uma ajudante para tomar conta das crianças. Os meninos não têm o mesmo privilégio. Assim como não são estimulados a cuidar do ambiente doméstico, muitas vezes nem de seus objetos pessoais, não aprendem a cuidar dos outros e não se preparam para a paternidade. Quando ela acontece durante a adolescência, o afastamento do grupo social pode ser algo tão doloroso, que muitos não agüentam manter a atenção e responsabilidade paterna tão logo o grupo ameace os abandonar. Nesses casos é comum que as tarefas que tenham assumido junto à mãe de seu filho, sejam logo postas de lado em favor das saídas com os amigos, o que gera grandes conflitos, brigas e posterior distanciamento do casal e do pai em relação à criança.

O Novo Código Civil extinguiu o termo Pátrio Poder, que dava ao

homem a prevalência da sua vontade diante de um impasse familiar. Como “chefe da família” ele tinha o poder de decisão. Hoje, o poder dos pais em relação aos filhos, quando os mesmos possuem menos de 18 anos de idade (Art. 1.630), se chama “Poder Familiar” a ser exercido igualmente pelo pai e pela mãe (Lei nº 10.406/02). Portanto, uma mãe adolescente que não tem companheiro exerce o Poder Familiar sobre seu filho. O Conceito de Família, para o novo código, abrange as unidades familiares formada por casamentos, união estável ou comunidade de qualquer genitor e descendentes.

Caso haja separação ou divórcio o código civil determina que, na falta de acordo entre os cônjuges, a guarda dos filhos “será atribuída a quem revelar melhores condições de exercê-la” (MONTEIRO DE BARROS, 2004, p. 131-2). O juiz pode também, se julgar necessário, atribuir a guarda dos filhos à outra pessoa. As melhores condições não são apenas econômicas, o juiz levará em conta os interesses do menor.

Muitas famílias assumem os filhos de seus jovens. Outras os rejeitam. Nenhuma das duas atitudes é satisfatória, haja vista que a primeira isenta o jovem de assumir a responsabilidade e cuidado com os filhos, impedindo seu crescimento pessoal e a segunda não apóia o necessário para que o jovem não se sinta totalmente solitário, diminuindo sua auto-estima e tornando-o vulnerável ao abatimento e a depressão. O educador pode auxiliar quando requerido, para que os familiares apóiem os jovens pais, cuidando para que aprendam a cuidar de seus filhos.

Relações homossexuais

Natureza

“Pode chover,
desabar tempestades.
Pode o sol abrasar,
evaporar todo o mar.
Pode gear e nevar,
esfriar os pontos cardeais.
Pode até ventar,
agitar os varais
e empinar os pardais.
Os deuses só não podem calar
toda forma de amar.” (RIBEIRO, 2005, p.14)

Embora o contato homossexual tenha sido uma forma de amor sempre presente ao longo da história da humanidade, a rejeição à homossexualidade persiste, porque também o preconceito tem raízes profundas. Não é por outro motivo que a sociedade tenta enquadrar desde muito cedo meninos e meninas no padrão de comportamento estabelecido para a identidade heterossexual. Assim, os pais esperam que seus meninos sejam virís, se dediquem a brincadeiras brutas e se interessem por assuntos ditos de homem, assim como as meninas devem ser dóceis, meiguinhas e se dedicar a atividades mais delicadas. Quando nos deparamos com atitudes diferentes, é compreensível que apareça um certo “mal-estar”. Sabemos que o diferente

sempre está sujeito a sofrimentos. Que mãe não ficaria preocupada em perceber que seu filho age contra o modelo social vigente?

Quando falamos de “comportamento comum a um determinado sexo”, não podemos perder de vista que os papéis sexuais são moldados pela cultura e estão em mutação. Mais importante ainda é perceber que as crianças brincam e expressam através da fantasia seus medos, raivas, curiosidades, afetos, desejos e imitações do mundo adulto. Já a partir dos 2 anos de idade, elas demonstram curiosidade sexual, o que as leva a olhar os genitais das outras do mesmo sexo para “comparar” e perceber que há os iguais e os diferentes. Ainda há os casos daquelas que, por terem muitos irmãos do sexo oposto, acabam querendo experimentar suas roupas, modos de agir ou falar. Falta para elas um referencial do mesmo gênero, mas ainda assim é de uma imprudência brutal dizer que vão ter orientação homossexual. Outras vezes é a imitação de um comportamento visto na televisão, que é repetido como treino de papéis, brincadeira ou mera curiosidade na experimentação das sensações corporais. Por tudo isso, um menino que “aparentemente” está só interessado em brincadeiras de meninas ou que apresenta “trejeitos efeminados”, tem grande possibilidade de estar sendo avaliado somente sob o aspecto sócio-cultural e sendo rotulado precocemente.

O processo de formação da identidade sexual é longo. Acreditamos que se inicia entre os 3 e 6 anos de idade e se consolida para a maioria, durante a adolescência.

Alguns jovens têm seu primeiro contato sexual com amigos do mesmo sexo. Esse pode surgir como mera curiosidade de experimentação, pela proximidade afetiva com o(a) amigo(a) ou fruto do desejo ou daquele advindo da orientação homossexual. O que vai reforçar a vontade na manutenção de contatos homossexuais é justamente este último fator, a orientação sexual da pessoa.

Viver essa descoberta na adolescência, fase caracterizada por tantas mudanças, conflitos e enfrentamentos, pode ser bastante difícil para nossos jovens. Pois a primeira questão é justamente compreender se o que se sente pelo outro do mesmo sexo é amizade, curiosidade ou desejo que irá sempre acompanhar sua vida sexual. É muitas vezes apavorante imaginar-se apresentando um(a) namorado(a) do mesmo sexo para a família, ou para o grupo de amigos. Da mesma forma, recolher-se aos “guetos” pode ser bastante frustrante, na medida em que a amplitude das relações com o mundo fica muito limitada, sem contar o sentimento de marginalidade que os acompanha. Esses medos podem angustiar tanto nossos jovens, a ponto de sentirem-se forçados a ter relacionamentos heterossexuais.

Nem a medicina nem a psicologia, porém, chegaram a uma conclusão sobre as causas da homossexualidade. As hipóteses dividem-se entre fatores biológicos, psicológicos e sociais ou entre uma combinação deles. A Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou há décadas a homossexualidade do rol das patologias, portanto não é devido, em hipótese nenhuma, considerar a homossexualidade uma doença. O Conselho Federal de Psicologia, em seu Código de Ética, repreende qualquer atitude “curativa” do psicólogo em relação a orientação sexual de seu paciente, estando as atitudes dessa natureza passíveis de denúncia. Portanto, mesmo que nos seja difícil compreender, aceitar e conviver com o comportamento homossexual de nossos educandos, o educador não pode ter atitude que seja contrária à aceitação e respeito ao jovem que tenha orientação homossexual.

Ao contrário, o importante é garantir uma socialização adequada às crianças e jovens, sem nenhuma tentativa “curativa” por detrás disso, mas com o objetivo de que eles possam transitar bem por todos os grupos e não se sentir inadequados nos grupos do mesmo gênero que têm orientação heterossexual. Assim como é recomendável não permitir que outras pessoas debochem do diferente, chamando-os de “bichinha” ou “sapatão”. Indicar ajuda psicoterapêutica pode ser ótimo, principalmente quando percebemos que os adolescentes estão sofrendo, têm vergonha e não compreendem exatamente o que está acontecendo com eles.

Os Solitários

Sussurros para o Sol
Sussurros para a Lua

“Você pode não ouvir,
mas todo dia
lhe direi bom dia.
Você pode não ouvir,
mas toda noite
lhe direi boa noite.
Sonhe comigo
Acorde comigo.
Dia e noite.

Noite e dia.” (RIBEIRO, 2005, p.6)

Meu amigo Jonas Ribeiro, que generosamente autorizou a reprodução de seus belíssimos poemas, a quem eu aqui agradeço textualmente, escreveu Sussurros para o Sol e Sussurros para a Lua. Em quem ele pensava, ou no quê, qualquer dia desses vou perguntar. Mas se o poema nasce de uma emoção existente, ou já vivida, ou por que se deseja sentir, provavelmente Sussurros para o Sol e Sussurros para a Lua façam parte da existência do Jonas.

Lendo o poema, e dando a ele o meu significado, sinto uma espécie de solidão movida pelos momentos em que nos vemos incapazes ou impedidos, de compartilhar nossos sentimentos com os outros. Há quem viva uma existência assim, solitária.

No entanto, de modo geral e vendo a vida em toda a sua amplitude, suas etapas e significados, nem todo estado solitário significa solidão: de que vida não fez parte a solitude?

Penso nos jovens que se sentem sós. Que não conseguem estabelecer vínculos amorosos por diversas razões: as extremadas limitações físicas e cognitivas, presentes em algumas deficiências, as complicações neurológicas e psiquiátricas, o abandono à marginalidade, o aprisionamento às tarefas intelectuais, a convivência em famílias agressivas.

Os jovens com comprometimento em sua auto-estima sofrem muito em desvincular-se de uma idéia presente de incapacidade na arte da conquista. Muitas vezes abandonam seus desejos antes mesmo de tentar. Desejam calados. Sussurram sozinhos. Noite e Dia.

Às vezes, sujeitam-se a qualquer tipo de relação que alguém venha lhes proporcionar, com medo que esta seja sua única oportunidade de amar e ser amado. Outras vezes recusam qualquer proximidade com medo de serem descobertos em sua fragilidade emocional. Noite e Dia.

E há os amores idealizados. Os amores não correspondidos. Noite e Dia.

E os jovens que se sentem tão “estranhos” neste mundo que sequer conseguem imaginar partilhar tamanha esquisitice com alguém.

E os que são prisioneiros de famílias possessivas.

De qualquer forma, creio ser muito difícil encontrar alguém que não

queira viver um amor. Com suas alegrias, suas dores, suas idas e vindas, seus prazeres. Alguém que não queira ser identificado por ser único, que seja motivo de sorriso, de sonho, de letra de música, de torpedo no celular, no meio da noite e no meio do dia.

Um educador precisa reconhecer em cada jovem, sua individuação. Para isso precisa antes demonstrar que sua profissão, a de educador, é uma alegria, não um motivo para transtornos sem fim. É preciso reconhecer habilidades e aptidões e não somente criticar e apontar dificuldades. Outras vezes é preciso rever conceitos para chegar a eles. Interagir. Lutar para que os educandos sejam reconhecidos por suas famílias, apoiados. Desejar que eles amem e que sejam amados. Soltar-lhes as amarras de uma solidão infinita, para que seja somente solidão, um estado passageiro, não solidão, uma condição para toda a vida.

Dia e noite. Noite e Dia.

Referências Bibliográficas

Folhinha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 fev. 2003. Folhinha, p 4-5.

Ribeiro, J. **Quem é você afinal?** Ilustrações Jota. Brasília: LGE editora, 2005, p. 6, 14, 15, 19, 22 e 46.

MONTEIRO DE BARROS, F.A. **Manual de Direito Civil**, família e sucessões. v.4 São Paulo: Método, 2004.

Bibliografia Consultada

PAMPLONA DA COSTA, R. **Os 11 sexos**. São Paulo: Editora Gente, 1994.

GONÇALVES, A. C. C.; PELLINI, E.; BERENSTEIN, E.; RODRIGUES, E.; BERENSTEIN, I. S.; GASPERINI, M. I.; VITIELLO, P. **Sexualidade Responsável - gravidez na adolescência**. Obra de divulgação do Laboratório Organon do Brasil. São Paulo, 2003.

VITIELLO, N.; CONCEIÇÃO, I. S. C.; CANELLA, P. R. B.; CAVALCANTI, R. da C.

Adolescência Hoje. Comissão Nacional de Estudos sobre a Adolescência. São Paulo: CEICH, s/d.

ZAGURY, T. **O adolescente por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Record, 1996.